

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO SEPREV
(INSTITUIDO PELO DECRETO Nº 2.180 DE 06 DE JANEIRO DE 2014 E
PORTARIA 153/2021 DE 06 DE JANEIRO DE 2021)

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos abaixo assinados, para reunião ordinária do mês. Presentes os membros abaixo assinados, juntamente com o presidente da Autarquia Sr. Elias Alves. Dando início a reunião, os membros do Comitê de Investimentos, de posse dos relatórios de aplicações, passaram a analisar as rentabilidades e enquadramento dos fundos de investimentos realizados pela diretoria executiva do SEPREV. Da análise foi verificado que os fundos se encontram regularmente enquadrados nos termos da Resolução CMN 3.922/10, alterada pela Resolução 4.604/17. Quanto a rentabilidade observou-se que o retorno das aplicações no mês em análise, foi positiva em R\$ 8.088.763,75 que equivale a 3,46% de rendimento, percentual bem superior a meta atuarial medida no mês que foi medida em 1,86%. Em que pese o mês de dezembro ter atingido um percentual bem superior em relação a meta atuarial mensal, se observarmos os valores acumulados, tem-se que, no exercício de 2020, o percentual acumulado ficou bem abaixo da meta atuarial acumulado no ano, ou seja, os retornos de rendimentos dos investimentos atingiram o percentual de 3,60% no ano, o equivalente a monta de R\$ 8.520.357,57, enquanto o índice acumulado da meta atuarial no ano foi de 10,63%. O saldo da última aplicação era de R\$ 232.584.823,15 e houve novas aplicações no valor de R\$ 3.033.178,99 e resgates que monta o valor de R\$ 1.775.000,00, gerando um saldo final de R\$ 241.931.765,79. Dando continuidade na reunião, o Presidente Executivo da Autarquia, Sr. Elias Alves, informou que, conforme relatado na reunião passada, recebeu um relatório detalhado que aponta que houve má gestão do Fundo LME REC Multisetorial IPCA por parte da antiga gestora Leme Investimentos e também pelos antigos custodiantes do Fundo; os bancos Citibank e Santander. Nesse sentido, foi determinado ao jurídico da Autarquia que ajuizasse, com base nos documentos recebidos, uma ação de perdas e danos contra os gestores, administradores e custodiantes supracitados, sendo que a determinação foi cumprida, cujo processo de nº 1123667-02.2020.8.26.0100 tramita na 3ª Vara Cível do Foro Central da Capital – SP. De posse

do relatório da Anbima, o Comitê observou que em 2020, o IMA-Geral, que representa a carteira de títulos públicos em mercado, apresentou variação de 5,34% contra 12,82% registrados em 2019, encerrando o ano com variação em 194% do DI. Este desempenho é bem inferior aos resultados de 2019, sobretudo em razão dos efeitos da pandemia sobre a economia e seus reflexos nos preços dos títulos. Diante disso, a variação em dezembro foi de 0,31%. Com relação aos títulos públicos indexados ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), a carteira do IMA B rentabilizou 6,4% no ano. Entre os subíndices, a maior rentabilidade anual foi do IMA B5, índice que comporta títulos até cinco anos e indexados ao IPCA, com variação de 8,04%, performando 1,83% no mês. Esse resultado do ano, mesmo impulsionado pelo aumento da procura por títulos curtos para proteção inflacionária, ficou 39% abaixo em relação a variação de 2019 (13,15%). O IMA B5+ (composto por títulos com mais de cinco anos e indexados ao IPCA), que registrou a menor rentabilidade da família IMA B, encerrou o ano com ganho de 5,5%, variando 7,51% no mês. Apesar disso, em 2020 performou 82% abaixo da rentabilidade de 2019 (30,37%). Entre as carteiras do IMA, o IRFM rentabilizou 6,7%, correspondente à 140% do DI. Entre os subíndices, o IRFM 1+, com títulos pré-fixados acima de um ano, exibiu o melhor desempenho de toda a família de índices no ano, com retorno de 8,45%, performance corroborada pelo desempenho de 3,05% em dezembro. A valorização desses papéis foi impulsionada no final de 2020 pelo início da vacinação no exterior contra o coronavírus. Por sua vez, os títulos pré-fixados com prazo abaixo de um ano, e representados pelo IRFM 1, registraram a menor rentabilidade anual da família IRFM, com ganho de 3,84%, em função do aumento das expectativas de inflação. O entendimento é que apesar de todas as oscilações de mercado, as expectativas do mercado seguem as mesmas, não enxergando espaço para uma queda brusca e esperando algum gatilho advindo das medidas do governo para um posicionamento mais forte nos ativos de risco. Os dados indicam uma pressão no curto prazo nos preços ao consumidor amplo e isto pode levar o Banco Central a intensificar as discussões sobre o ritmo das reformas. É provável que a qualquer sinal de melhora constante na economia, devemos ter uma elevação da SELIC, mesmo que antes do projetado. Ainda segue no radar os sinais de abertura na curva de juros, o que traz preocupação quanto ao aumento de taxa de juros e a alta volatilidade nos títulos federais de longo prazo. Fato que não acontecia desde 2002

e que aconteceu em setembro e outubro, são as LFTs (Tesouro Selic) sendo negociada a taxas negativas. Tendo em vista o relatório ora analisado, a recomendação para o atual momento é a cautela ao assumir posições mais arriscadas no curto prazo, a volatilidade nos mercados deve se manter sem ainda a desenhar um horizonte claro, em razão principalmente pelo nosso cenário político. Nesse sentido a recomendação é de adotar cautela nos investimentos e acompanhamento diário dos mercados e estratégias. Mantemos a sugestão para que os recursos necessários para fazer frente às despesas correntes sejam resgatados dos investimentos menos voláteis (CDI, IRF-M1, IDKA IPCA 2A). Para o IMA-B que é formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais), a recomendação é que não haja a movimentação no segmento. Os demais recursos de se manter em "quarentena" esperando um melhor momento para realocar, evitando realizar uma perda decorrente da desvalorização dos investimentos sem possibilidades de recuperação na retomada dos mercados. Dando continuidade, o comitê de investimentos ratificou a determinação de que as novas aplicações no exercício de 2021, sejam realizadas somente nos bancos considerados "primeira linha", quais sejam: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Bradesco e Itaú, sendo que os novos aportes deverão ser atrelados aos índices referenciados na família IMA, IRFM, IDKA e poderão ser realizados a critério e análise da Diretoria Executiva do Seprev, devendo, no entanto, ser comunicado imediatamente o aporte na primeira reunião desse sodalício. Nada mais havendo a tratar deram por encerrada a reunião, tendo todos os seus termos lavrados na presente ata que após lida vai assinada por todos.


Agda Cristiane de Paula


Ariovaldo Fernandes Pontes


Leila Aparecida de Oliveira


Rosângela Aparecida Barros


Sílvia Regina da Cunha